

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro [COM\(2018\)800](#)

3.2. VII Fórum Luso-Espanhol

3.3. Apreciação do relatório da audiência à Fundação Monsenhor Alves Brás, sobre ensino profissional

4. Audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório Estado da Educação 2017 – 15 horas

5. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução

- **[Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª](#) (PCP)** - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- **[Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª](#) (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- **[Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª](#) (PEV)** - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- **[Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª](#) (BE)** - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

- **Apreciação e votação**

6. Aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa

7. Aprovação de relatório final da petição

- [Petição n.º 546/XIII/4.ª](#) - Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima

8. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

8.1. [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

8.2. [Petição n.º 566/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à criação da obrigatoriedade de sextas para crianças até à entrada na primária

9. Requerimento do GP do PSD para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o incumprimento do Acordo de Legislatura e a situação do Instituto Politécnico de Leiria

- Apreciação e votação

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

- 09 de janeiro de 2019 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 144, da reunião de 12 de dezembro, foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro [COM\(2018\)800](#)

O Presidente da Comissão informou que o Programa de Trabalho tinha sido distribuído ao Grupo Parlamentar do BE para elaboração de relatório, devendo o mesmo ser apreciado na reunião de

29 de janeiro de 2019. A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que indicaria posteriormente o Deputado relator.

3.2. VII Fórum Luso-Espanhol

O Presidente lembrou que tinha decorrido no Congresso dos Deputados de Espanha, em 7 e 8 de novembro, o VII Fórum Luso-Espanhol e indicou as respetivas conclusões, em relação às áreas da educação e ciência:

- Desenvolvimento e estudo da língua e cultura portuguesa em Espanha e vice-versa;
- Maior colaboração dos 2 países em todos os níveis e sistemas educativos e de investigação e ciência, designadamente ao nível do ensino superior;
- Constatação de que a colaboração em matéria de política científica está a atravessar um grande momento, com projetos como o Centro de Investigação AIR Center, nos Açores, ou o acordo sobre supercomputação com o Supercomputing Center (BSC);
- Necessidade de dar maior visibilidade aos resultados muito positivos que se têm alcançado no domínio das relações bilaterais.

Indicou ainda que nos debates tinham sido apresentadas propostas para a adoção e defesa de posições comuns dos 2 países junto das instituições europeias, por ex. a nível do Programa Comunitário Horizonte e do quadro comunitário 2020-2027 e para a criação de um caminho comum a nível de conhecimento, na linha da criação do Caminho de Santiago. Por último, deu conta do repto da Presidente do Congresso dos Deputados para as Comissões dos 2 Parlamentos fazerem visitas a projetos comuns dos 2 países, por ex. o Instituto Ibérico de Nanotecnologia, instalado em Braga.

3.3. Apreciação do relatório da audiência à Fundação Monsenhor Alves Brás, sobre ensino profissional

O relatório da audiência à Fundação Monsenhor Alves Brás, sobre ensino profissional, foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório Estado da Educação 2017 – 15 horas

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Emília Brederode, e ao Secretário-Geral do CNE, Manuel Miguéns, e lembrou a grelha de tempos da audição.

A Senhora Presidente do CNE começou por referir que o [Relatório do Estado da Educação 2017](#) contém três vertentes: retratos anuais; perspetiva geográfica, com vista à comparação com a União Europeia e outros países; e uma vertente temporal e geográfica traduzida em metas.

Referiu, depois, que o Estado da Educação, inicia com os números e estatísticas das metas da educação e formação, recorrendo a três ilustradores: o analfabetismo, a educação pré-escolas, e à taxa real de escolarização.

Dos dados expostos, concluiu que Portugal é um caso de sucesso e é dos que mais progrediu nos últimos 15 anos.

Abordou, depois, outras temáticas, como a qualificação da população adulta; os objetivos de desenvolvimento sustentável, como a proficiência em matemática; e a tecnologia.

Reportou-se, ainda, às crianças dos zero aos três anos que não fazem parte destas metas, informando da existência de um documento de Barcelona que aconselha os 30% de frequência, e sendo certo que Portugal se localiza nos 50%.

Terminou, destacando alguns problemas na educação, como a retenção no 1.º, 2.º e 3.º ciclo e 12.º ano; as necessidades educativas especiais, em que se verifica um aumento do número de crianças a partir do 4.º ano, o que na sua opinião apenas significa que estão a ser melhor acompanhadas; entre outros.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) que solicitou a opinião da Presidente do CNE quanto ao eventual cumprimento por Portugal das metas 2020, considerando a redução da despesa; questionou, ainda, o porquê de as turmas mustas não constarem do relatório; e referiu ser necessário um estudo quanto às condições tecnológicas das escolas portuguesas, bem como de um estudo sobre as necessidades ao nível do pessoal. Terminou, sublinhando a redução do investimento na educação e nomeadamente na educação e formação de adultos e na ação social.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) sublinhou o facto de ser necessário olhar para a educação e para o sistema educativo, sendo uma aprendizagem profunda e necessária. Destacou, depois, os avanços quantitativos e qualitativos de Portugal, mas também a melhoria das aprendizagens dos nossos alunos, assinalando, ainda, a importância da equidade.

Abordou, ainda, os progressos feitos ao nível do abandono; o esforço feito ao nível da ação social, nomeadamente ao nível do material escolar; as necessidades educativas e a sua inclusão nas escolas.

Terminou, abordando a questão da retenção escolar necessária combater.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o relatório evidencia a resiliência da escola pública, sendo possível ter ideia das consequências que resultaram da troika, seja ao nível do financiamento, seja ao nível da redução do número de docentes.

Reportou-se, depois, ao facto de persistirem os níveis baixos na matemática e questionou se tal facto, na opinião da Senhora Presidente, se deve ou não à revisão do programa ou da forma do ensino em Portugal. Referiu que o relatório dá ainda conta do facto e o ensino básico ter uma idade alargada, questionando o porquê deste ensino se manter assim, face às taxas de retenção existentes e considerando o previsto no perfil do aluno que aponta para outros caminhos.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) abordou a questão das propinas e ação social referindo que o relatório do CNE acompanha o da OCDE. Evidenciou o facto de sermos um dos países europeus com uma propina elevada face aos níveis de apoio da ação social.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) considerou muito importante a existência do capítulo destinado às comparações internacionais. Salientou, depois, os indicadores do abandono precoce, das competências matemáticas, e dos diplomas do ensino superior, e da diferença existente entre os homens e as mulheres, e as implicações que daí deveriam ser retiradas do ponto de vista das políticas públicas. Colocou, depois, questões muito específicas relacionadas, nomeadamente, com dúvidas sobre os dados apresentados quanto ao ensino artístico e especializado ou com a partição de análise, este ano estabelecida no relatório, entre 0-15 anos e 15-24 anos. E referiu estarem em falta dados relativos ao pessoal docente, como seja os relativos às baixas médicas, para uma análise mais fina sobre uma questão que se vai colocar nos próximos anos: a dificuldade de reposição do corpo docente.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) evidenciou a escassez de dados das turmas mistas no 1.º ciclo. Suscitou, depois, uma dúvida quanto à afirmação de inexistência de escolas do ensino artístico especializado no interior. Salientou que apesar dos avanços na pré-escolarização, o importante é saber quais os desafios no território com maior carga populacional. Quanto aos trabalhadores, referiu que o envelhecimento docente é extremamente preocupante, considerando fraca a caracterização do pessoal não docente, não se falando do problema do envelhecimento e do seu contexto.

Reportou-se, ainda, aos problemas das taxas de retenção; à valorização dos exames e à avaliação contínua.

Por fim, pronunciou-se sobre o ensino superior, considerando pertinente o estudo do local de origem dos estudantes, e abordando a questão das propinas e da ação social escolar.

A Senhora Presidente do CNE prestou os esclarecimentos necessários, tendo o Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência agradecido a presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública

- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

Foi feita a discussão e votação na especialidade dos 4 Projetos de Resolução, tendo feito intervenções os Deputados Ângela Moreira (PCP), Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Joana Mortágua (BE), Odete João (PS), Germana Rocha (PSD) e Álvaro Batista (PSD).

O relatório de discussão e votação, o texto final e a gravação áudio serão disponibilizados nos Projetos de Resolução.

6. Aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa

O Deputado Pedro Pimpão (PS) propôs que, para além de uma audição pública sobre a aplicação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular, fossem feitas visitas a 3 escolas, tendo a proposta das visitas sido rejeitada pelos Deputados do PS, BE, CDS-PP e PCP.

O Plano de Atividades para a 4.ª Sessão e o Orçamento respetivo foram aprovados pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Aprovação de relatório final da petição

- [Petição n.º 546/XIII/4.ª](#) - Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima
- **Deputado Relator:** Duarte Marques (PSD)

Adiado.

8. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

8.1. [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, admitir a petição, que tem 884 subscritores e pedir a pronúncia das entidades propostas. O BE indicará posteriormente o Deputado relator.

8.2. [Petição n.º 566/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à criação da obrigatoriedade de sextas para crianças até à entrada na primária

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, admitir a petição, que tem 4.751 subscritores e pedir

a pronúncia das entidades propostas. O CDS-PP indicou a Deputada Ilda Araújo Novo como relatora.

9. Requerimento do GP do PSD para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o incumprimento do Acordo de Legislatura e a situação do Instituto Politécnico de Leiria

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) fez a apresentação do requerimento, referindo que o Instituto Politécnico suspendeu todas as despesas, por o Governo não ter feito o reforço orçamental de cerca de 630.000€ para fazer face a alterações legislativas, o que traduz o não cumprimento do acordo estabelecido com as instituições de ensino superior. Acrescentou ainda que querem que a situação seja resolvida e que sejam evitados casos idênticos no futuro e defendeu a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para fazer um ponto de situação sobre o cumprimento global dos contratos de legislatura.

O Deputado Porfírio Silva (PS) defendeu que o Grupo de Trabalho para a Monitorização dos Contratos de Legislatura não tem feito o seu trabalho e por isso há pedidos em relação a instituições de ensino pontuais.

O Deputado Luís Monteiro (BE) manifestou acordo em relação ao requerimento.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu não concordar com a leitura do Sr. Deputado Porfírio Silva quanto ao desempenho do Grupo de Trabalho, uma vez que este nunca teve os meios documentais para poder cumprir o seu objeto. Manifestou concordância em relação à audição do Ministro, para prestar esclarecimentos sobre a situação do Politécnico de Leiria e de outras instituições que apresentam problemas idênticos.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) concordou com a audição e referiu que não conclui pela insuficiência da intervenção do Grupo de Trabalho, referindo a falta de envio atempado de elementos por parte das várias instituições. Mencionou ainda que deveria ser ponderada tanto a utilidade do prolongamento da existência do Grupo de Trabalho face à escassez de elementos, como a forma de finalização dos trabalhos.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção dos do PS.

10. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

- 09 de janeiro de 2019 – 10h00

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de dezembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Quintanilha', is centered on the page.

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ângela Moreira
Elza Pais
Odete João
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuela Tender
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista